

XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

DIFERENÇAS DE GÊNERO NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE PROFESSORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO URUGUAI

Rafael Machado Madeira (PUCRS)¹
rafaelmachadomadeira@gmail.com
rafael.madeira@pucls.br

Cecilia Rocha Carpiuc (UDELAR, UNSAM)²
ceciliacarpiuc@gmail.com
cecilia.rocha@cienciassociales.edu.uy

Curitiba, 31 de julho a 3 de agosto de 2018.

¹ Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da Pucrs. Bolsista da Capes (Proc. n. 7304/14-5).

² Professora assistente do Departamento de Ciência Política (Udelar), candidata a Doutor em Ciência Política (Unsam) e membro do Sistema Nacional de Investigadores (ANII).

DIFERENÇAS DE GÊNERO NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE PROFESSORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO URUGUAI

Resumo: Nos últimos 15 anos, o volume de estudos dedicados a documentar e a refletir sobre a história e a configuração atual da ciência política tem crescido significativamente. Dentro desta agenda de pesquisas sobre a disciplina, uma dimensão de análise havia permanecido relativamente pouco explorada: a da igualdade de gênero no acesso ao grupo dos docentes vinculados a academia. Inserindo-se nesta agenda de pesquisas, o objetivo deste trabalho é o de identificar a existência de diferenças de gênero nas trajetórias acadêmicas dos cientistas políticos que trabalham como docentes e pesquisadores na academia em dois países: Brasil e Uruguai. Especificamente, o principal indicador aqui utilizado é o grau de internacionalização das carreiras acadêmicas, uma variável muito importante no atual cenário de crescente pressão pelo incremento da internacionalização da atuação dos docentes. A internacionalização será medida em duas dimensões: presença de modalidade de formação acadêmica no exterior e publicação de artigos em periódicos estrangeiros. A análise baseia-se em dados primários, coletados junto aos CVs dos docentes, publicados nos respectivos sistemas nacionais de investigação de cada país: CNPq – Lattes (Brasil) e ANII-SNI (Uruguai). A evidência encontrada indica que em ambos países as mulheres estão sub-representadas no quadro de docentes (constituindo-se em 30% do universo) e publicam menos artigos (nacionais e internacionais) que seus colegas homens. Contudo, as evidências não indicam diferenças de gênero em relação ao acesso a oportunidades de formação no exterior nem nos países de destino, seja da formação, seja da produção, acadêmica.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero – Ciência Política – Internacionalização – Trajetórias Acadêmicas – Campo disciplinar.

1 - Introdução

Nos últimos 15 anos, o volume de estudos dedicados a documentar e a refletir sobre a história e a configuração atual da ciência política tem crescido significativamente. Esta literatura abarca uma grande diversidade de temas, e a partir dela, é possível traçar as linhas gerais do desenvolvimento da ciência política na região. Dentro desta agenda de pesquisas sobre a disciplina, uma dimensão de análise havia permanecido relativamente pouco explorada: a da igualdade de gênero (dentre outras minorias) no acesso ao grupo dos docentes vinculados a academia (algumas exceções são os trabalhos de Fernández 2005, Martin 2013, Rocha Carpiuc 2016 e Ravecca 2016). Este debate não é novo nas discussões acerca do desenvolvimento da ciência política nos Estados Unidos e na Europa (embora nestas regiões também o *boom* de investigações seja relativamente recente).

Um dos problemas identificados na escassa evidência empírica disponível para América Latina é que as mulheres estão sub-representadas tanto em órgãos de avaliação e fomento disciplinar, quanto na estrutura das universidades e dos institutos de pesquisa em ciência política (Rocha Carpiuc 2016). Defende-se aqui que a análise da diferença de gênero nas possibilidades de avanço das trajetórias profissionais dos docentes constitui-se em elemento chave para se lançar luzes sobre as formas como se manifestam estas desigualdades.

Inserindo-se nesta agenda de pesquisas, o objetivo deste trabalho é o de identificar a existência de diferenças de gênero nas trajetórias acadêmicas dos cientistas políticos que trabalham como docentes e pesquisadores na academia em dois países: Brasil e Uruguai. Além de identificar o quanto as mulheres estão sub-representadas nestes dois países, busca-se também mapear a presença das mulheres em algumas das posições acadêmicas de maior destaque em cada um dos campos disciplinares em tela.

O principal indicador aqui utilizado é o grau de internacionalização das carreiras acadêmicas. A crescente pressão pelo incremento da internacionalização da atuação dos docentes constitui-se em fator recorrente em ambos os países (arriscamo-nos a afirmar que este é um fenômeno que ocorre em escala global). Por exemplo, no caso brasileiro, este tema pesa cada vez mais na avaliação dos programas de pós-graduação e na projeção das carreiras individuais (acesso à bolsa PQ, por exemplo), tendo impacto significativo sobre as chances de acesso a bolsas e auxílios para o financiamento de pesquisas, de viagens para eventos, para missões de trabalho, etc. Sobre o caso uruguaio, Buquet (2012) assinala que por ser um país pequeno:

[...] existe un supuesto general de que la publicación en el exterior da cuenta de un grado mayor de exigencia, ya sea directamente sobre la calidad del producto o

indirectamente a través de la selección de los autores por parte de redes internacionales de investigación (2012, p. 20).

Dentro dos limites deste trabalho, a internacionalização será medida em duas das suas dimensões: a) a formação acadêmica dos docentes e; b) a publicação de artigo em periódicos estrangeiros. Além de ser altamente valorizado pelos programas de pós-graduação e os departamentos de ciência política das universidades, e pelas agências de fomento, o grau de internacionalização da formação e da produção dos docentes constitui-se em importante mecanismo para o estabelecimento de (e inserção em) redes internacionais de colaboração acadêmica.

Formação e produção internacionalizadas são “ativos” importantes na disputa por vagas de docente nos programas de pós-graduação e nos departamentos de ciência política das universidades, bem como, pela posterior projeção de carreiras acadêmicas consideradas como bem-sucedidas (Madeira e Marengo, 2016). O caráter estratégico de se publicar em periódicos de maior prestígio, bem como a sub-representação das mulheres nestes círculos mais restritos são exaustivamente analisados em pesquisas recentes, como a de Teele e Thelen (2017). Tais autoras justificam a análise dos periódicos da seguinte forma:

[...] we seek to shine a light on one area—scholarly publications—that we know to be enormously important to tenure and advancement in the profession. It is hard to overstate the importance of publication in top-tier journals in determining who advances—and who fails to advance—within our discipline. Scholarly productivity is regularly measured by number of publications, often alongside associated citation counts. Moreover, quantity aside, assessments of the quality of a scholar’s output are powerfully shaped by the relative prestige associated with particular journals. What constitutes “high quality” research in political science is socially and politically constructed. Journals and journal editors play a central role in that process because, to a very large extent, publication in the discipline’s premier outlets is itself equated with “research of the highest quality. (Teale and Thelen, 2017, p. 433-434).

Ao testarem o “mantra” *publish or perish*, os autores confirmam a sua importância para as possibilidades de progressão de carreiras acadêmicas (embora o seu impacto seja distinto para homens e para mulheres).

One of the more significant findings overall is that even with controls for age and other relevant factors included in the model, a consistently important predictor of the likelihood of being promoted from assistant to associate professor rank and from associate to full professor is the total number of publications. Thus, the mantra of “publish or perish” is indeed substantiated by this research. (Hesli, Lee and Mitchell, 2012, p. 22).

Mulheres e homens compõem de forma similar o universo de docentes vinculados aos programas de pós-graduação e aos centros de pesquisa de ciência política no Brasil e no Uruguai? Qual destas duas dimensões está mais fechada para as mulheres: a possibilidade de se realizar parte da formação acadêmica no exterior (que representa um capital importante para inserção em redes de pesquisa e construção de contatos internacionais), ou a possibilidade de publicar os resultados de pesquisas em periódicos estrangeiros (o que

projeta a pesquisa e seus autores internacionalmente e é visto e legitimado pelos pares nacionais como sendo evidência da qualidade do trabalho)? Existem diferenças significativas entre os dois países nestes aspectos? Ou eventuais desigualdades de gênero perpassam a fronteira entre os dois campos disciplinares?

Este artigo está estruturado da seguinte forma. A seção seguinte exhibe o método usado para relevar e analisar os dados. Na seção três a literatura sobre desigualdades de gênero e o lugar das mulheres na ciência política será revisada. A seção quatro expõe os resultados obtidos da análise empírica para Brasil e Uruguai. Finalmente, se discutem os principais achados da pesquisa à luz da teoria perscrutada e se levantam novas perspectivas para trabalhos futuros.

2 – Método

A análise baseia-se em dados primários, coletados junto aos CVs dos docentes, publicados nos respectivos sistemas nacionais de investigação de cada país: CNPq – Lattes³ (Brasil) e ANII-SNI⁴ (Uruguai). E o banco de dados é formado por variáveis que buscam mapear a internacionalização tanto da formação, quanto da produção dos docentes brasileiros e uruguaios.

No Brasil, a agência governamental responsável por estruturar, normatizar e avaliar o sistema de pós-graduação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação. Os programas de pós-graduação encontram-se distribuídos em 49 áreas de conhecimento (Capes, 2017)⁵. O foco desta pesquisa recai sobre a parcela dos programas vinculados diretamente à ciência política da área intitulada “Ciência Política e Relações Internacionais”, compreendendo um total de 289 docentes, distribuídos em 15 programas de pós-graduação⁶. O banco de dados foi estruturado em 2015 e atualizado em maio de 2017. Todos os docentes relacionados nas listas de professores desses programas (em suas respectivas páginas na internet) tiveram os seus *curricula vitae* analisados. Tais currículos encontram-se disponíveis ao público na Plataforma Lattes.

As informações para formar a base de dados dos docentes uruguaios foram coletadas dos *curricula vitae* disponíveis *online* na página da *Agencia Nacional de Investigación e Innovación* (ANII) do Uruguai – os chamados CVUY. Os CVUY (assim como

³ <http://lattes.cnpq.br>

⁴ <http://sni.org.uy/buscador>

⁵ http://www.capes.gov.br/imagens/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf

⁶ Programas de ciência política com docentes inseridos no banco de dados: Iesp, UFF, UFG, UFMG, UFPA, UFPE, UFPel, UFPI, UFPR, UFRGS, UFSCar, UnB, Unieuro, Unicamp e USP.

os CVs da Plataforma Lattes) têm um formato único, padronizado, permitindo a comparabilidade entre os docentes. Para o caso uruguaio, todos os dados foram coletados em maio de 2018. A base inclui todos os docentes que pertencem ao Sistema Nacional de Investigadores (SNI) da ANII, na Área de “Ciências Sociais” – subárea “Ciência Política”. E é composta por um universo de 48 docentes. Deste total, se excluíram os pesquisadores associados (que residem e trabalham em outros países), e trabalhou-se aqui com um universo de 42 pesquisadores.⁷ Cabe assinalar que no censo de politólogos, realizado pela *Asociación Uruguaya de Ciencia Política* em 2015, identificou-se que 130 profissionais trabalham na área no Uruguai (AUCIP, 2015:5). E que aproximadamente a metade destes trabalha em postos acadêmicos. Portanto, a nossa amostra cobre uma parcela importante dos e das acadêmicos/as uruguaio/as na área da ciência política. Em conjunto, trabalha-se aqui com um universo de 331 docentes de Brasil e Uruguai, que se distribuem por país e por gênero de acordo com a tabela abaixo:

Tabela I - Distribuição de docentes, por país e gênero

	Brasil		Uruguai		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Homens	196	68	29	69	225	68
Mulheres	93	32	13	31	106	32
Total	289	100	42	100	331	100

Fonte: elaboração própria (CNPq/Lattes e ANII-SNI)

Salta aos olhos a distribuição quase idêntica entre homens e mulheres nos dois países. Em ambos os países, dois em cada três docentes são homens. Um primeiro achado desta análise é o de que em comparação com outros países, a presença das mulheres nos cenários brasileiro e uruguaio coloca a ciência política destes países em uma situação semelhante aos contextos identificados na literatura.

Como dado complementar, identifica-se que dos docentes brasileiros, 80 (28% deste universo) são bolsistas de produtividade (PQ). Destes, 57 são homens e 23 são mulheres – homens possuem 71% das bolsas e representam 68% do universo de docentes. Tal dado

⁷ Além destes procedimentos, revisou-se a nominada de docentes dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (e afins) existentes no Uruguai, para identificar professores que lecionem nestes programas, mas que, eventualmente, não estejam incluídos no SNI, para poder adicioná-los à base. A maioria dos professores de pós-graduação pertence ao SNI na categoria Ciência Política. Apenas alguns não foram incluídos no universo inicial (10), mas estes: pertencem ao SNI em outra área do conhecimento (Sociologia, História e Arqueologia), não atuam principalmente na disciplina de Ciência Política, ou não possuem currículos on-line disponíveis no formato ANII. Portanto, eles foram excluídos da base neste momento, para aumentar a comparabilidade.

permite afirmar que a distribuição de bolsas de produtividade espelha o percentual de cada gênero no universo de docentes brasileiros. No Uruguai, por sua vez, em função dos critérios utilizados para a construção da base de dados, todos os docentes pertencem ao Sistema Nacional de Investigadores, como dito anteriormente.

Neste país, a maioria dos docentes trabalha em duas instituições: um 80% no *Instituto de Ciencia Política da Universidad de La República (ICP-UDELAR)*, e o restante 10%, no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da *Universidad Católica Del Uruguay (UCUDAL)*. Do total de mulheres da amostra, 85% trabalha no ICP-UDELAR, enquanto que 76% dos homens trabalham na mesma instituição. Para o caso brasileiro, a distribuição dos docentes por programa de pós-graduação pode ser visualizada na tabela abaixo:

Tabela II – Distribuição de homens e mulheres por programa (Brasil)

Programa	Homens	Mulheres	% de mulheres	Total
UFG	9	11	55	20
UFMG	13	11	48	24
UFPel	6	5	45	11
UFPA	11	8	42	19
UFSCar	11	8	42	19
Unicamp	12	8	40	20
IESP	11	7	39	18
UnB	20	9	31	29
UFRGS	16	6	27	22
Unieuro	9	3	25	12
USP	20	6	23	26
UFPI	13	3	19	16
UFPE	14	3	18	17
UFF	17	3	15	20
UFPR	14	2	12	16
Total	196	93	32	289

Fonte: elaboração própria (CNPq/Lattes)

A tabela evidencia que para o caso brasileiro a média encobre uma significativa heterogeneidade na presença de mulheres nos programas. Chama atenção também o fato de que a maior ou menor presença feminina não está relacionada com aspectos como o caráter central ou periférico do programa, o seu tempo de funcionamento, ou a sua região/estado de origem.

3- Desigualdades de gênero na ciência política: o estado da arte

A ciência política é um campo disciplinar que tem como meta fundamental a geração de conhecimento e a criação de capacidades, na qual participam diversos atores, cujas relações, pautas de organização e normas respondem a princípios próprios (Merton, 1973, *apud* Tomassini, 2013, p. 21) que, por sua vez, sofrem influência dos contextos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais nos quais a disciplina se desenvolve. Estes elementos do contexto no qual a disciplina se insere moldam a mesma de diversos modos, expondo-a aos valores e ideologias circundantes (Etzkowitz *et al*, 2003).

O campo científico está constituído por relações de poder que podem ser mais ou menos explícitas, mas que estão sempre presentes (Bourdieu, 2000). Os estudos feministas sobre a academia (em particular) problematizam a forma como as práticas e as atividades científicas encontram-se atravessadas pelo gênero (González García, 1999), entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (Scott, 1996).

Historicamente, a atividade científica foi considerada uma atividade masculina e, conseqüentemente, a constituição das instituições acadêmicas traz em suas origens um caráter androcêntrico, tendo-se o seu protagonista (segundo o paradigma da ciência moderna) revestido de características que os estereótipos de gênero associam como próprias do universo masculino, como a universalidade, a objetividade e a racionalidade. Ao adquirir o status de principal empresa humana de produção de conhecimento de nossa época, os indivíduos dedicados a este campo adquirem significativo prestígio social e constituem-se em “voz autorizada” no espaço público.

Como consequência, apesar da “revolução silenciosa” (Goldin, 2006) representada pela incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho e ao ensino superior, ainda hoje as mulheres seguem sendo percebidas como *outsiders* nas comunidades acadêmicas e são discriminadas – direta e indiretamente⁸ - de distintas formas no interior das mesmas.

⁸ A discriminação direta remete a comportamentos, atitudes e/ou normas que expressamente tratam de forma menos favorável uma pessoa em função do seu gênero. A discriminação indireta se produz quando tais atitudes, comportamentos, etc. apresentam-se como neutros, mas produzem prejuízos e conseqüências negativas para indivíduos de um gênero (normalmente as mulheres).

Enfrenta-se, por exemplo, maiores obstáculos para acender aos níveis mais altos de formação acadêmica e as posições de poder mais valorizadas academicamente, mediante a sua marginalização em redes informais de colegas, ou mediante a desvalorização da investigação acadêmica de cunho feminista, ou relacionada à questão de gênero. Kantola (2008) aborda ambas as dificuldades ao examinar, por exemplo, o peso dos “fluxos informais de informação” e de tentativas de deslegitimação (por parte dos seus pares) da interpretação de algumas de suas principais conclusões, não em função dos seus dados empíricos (estatísticos), mas em função da interpretação dos mesmos – uma vez que estariam “contaminados” pelo feminismo.

A literatura tem identificado a existência de variados obstáculos a serem enfrentados pelas mulheres no desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas. Dentre os quais se destacam os de tipo: 1) institucional/organizacional, vinculados a normas e regras formais e informais que regem o dia-a-dia de uma comunidade acadêmica e a distribuição de recursos materiais e simbólicos entre os seus integrantes, resultante destes obstáculos; 2) material/econômico, em particular associados à tensão gerada entre o elevado tempo e responsabilidades demandados pelo trabalho acadêmico e a maior carga de trabalho não remunerado e responsabilidades familiares que recaem sobre as mulheres e; 3) de cunho mais subjetivos, relacionados com a construção da autoestima e da confiança nas capacidades pessoais e profissionais – por exemplo, as “preferências” das mulheres a optar por certo tipo de orientações vocacionais, ou a aspirar a ocupar certos papéis em detrimento de outros possíveis no âmbito do trabalho acadêmico.

As origens desses obstáculos podem ser condições externas às comunidades científicas, mas estão também relacionadas a características e dinâmicas próprias à construção de cada campo disciplinar. Apesar de a cobrança pelo rendimento e dedicação totais ao trabalho ser uma expectativa que todas as carreiras acadêmicas exigem de seus praticantes, algumas disciplinas se caracterizam particularmente por se desenvolverem em torno de uma identidade e padrões culturais mais marcados e mais próximos ao modelo androcêntrico de “trabalhador ideal” – como as engenharias ou a informática – que outras disciplinas (Etzkowitz et al, 2003; Kulis, Sicotte y Collin, 2002 apud Tomassini, 2013, p. 29).

Apesar disto, desde a década de 1970, a América Latina tem assistido a um processo de “feminização” da educação superior e em muitos países as mulheres já superam os homens em número de matrículas universitárias (Huyer, 2015; Papadópolos e Radakovich, 2005). Destaca-se aqui que esta região é uma das que apresentam maior proporção de mulheres no conjunto dos pesquisadores (44%), apesar desta participação concentrar-se mais em áreas do conhecimento como as ciências sociais, as humanidades e as ciências

médicas, do que em outras áreas (Huyer, 2015). 57% dos ingressantes nos cursos da categoria “ciências sociais, negócios e direito”, segundo a Unesco (2012), são mulheres.

Os estudos disponíveis sobre a participação das mulheres na ciência política, por exemplo, na Europa, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia identificam que a disciplina segue sendo um campo masculinizado e atravessado por múltiplas expressões de desigualdades de gênero. Sobre o campo disciplinar norte-americano da virada do século, por exemplo, autores afirmam que:

The status of women has improved, the professional environment has in many ways become more women-friendly, and scholarship on gender has expanded in scope and quantity. Nevertheless, gender parity remains an elusive goal. Women are underrepresented at virtually every level of the discipline, from graduate school to APSA leadership, and they continue to face gender-related obstacles in their professional lives. (TOLLESON-RINEHART and CARROLL, 2006, p. 512).

Em primeiro lugar, tais estudos assinalam que a proporção de estudantes mulheres diminui à medida que aumenta o grau de instrução em questão (graduação, mestrado ou doutorado), constatando-se uma “perda” de mulheres ao longo da formação acadêmica dos indivíduos. Denomina-se tal fenômeno como “*leaky pipeline*” (Abels e Woods, 2015; Akhtar et al, 2005; Elizondo, 2015; Curtin, 2013; Bates et al, 2012; Cowden et al, 2012; APSA, 2005, 2011). Ao examinar o corpo docente de ciência política em uma universidade finlandesa, Kantola (2008), por exemplo, ilustra muito em esta dinâmica:

In 2004–2005, men held all the teaching posts. All the professors, senior lecturers and lecturers were men. Women were indeed disappearing: while women constituted 38 per cent of the PhD candidates only 18 per cent who actually obtained their doctorates were women. Furthermore, for nearly 20 years over 50 per cent of the undergraduates had been women. While many male students stayed on in the department, most women left. The uniquely male composition of the staff, contrasting with the gender balance that exists at undergraduate and postgraduate levels, seemed to require explanation. (KANTOLA, 2008, p. 202-203).

Em segundo lugar, tais análises apontam que a presença de mulheres como docentes nos departamentos de ciência política das universidades é menor que a dos homens e que, ademais, os postos se distribuem desigualmente entre homens e mulheres. Tal fato geraria tanto uma segregação horizontal (concentração de mulheres em certos setores ocupacionais, disciplinas ou tarefas), quanto uma segregação vertical (associada à posição de homens e mulheres nas hierarquias organizacionais). Isto é, em tais comunidades acadêmicas, as mulheres se concentram em maior medida em atividades consideradas como femininas (como a docência *versus* a investigação científica), ou em posições menos prestigiadas (por exemplo, nos níveis acadêmicos mais baixos, ou em cargos de gestão político-administrativo com menor poder de decisão) (Abels e Woods, 2015; Briggs and Harrison, 2015; Elizondo, 2015; Mershon and Walsh, 2015; Kantola, 2008, 2015; Curtin, 2013; Hesli et al, 2012; Bates et al, 2012; APSA, 2005, 2011).

Em terceiro lugar, este conjunto de pesquisas identifica uma sub-representação das mulheres como autoras (ou como autora principal em coautoria) dos artigos publicados nas revistas mais prestigiadas do campo. A este fato, associa-se a existência de uma “divisão sexual” dos temas e metodologias de investigação em função da qual a contribuição dos homens ocuparia maior espaço que a das mulheres nos debates disciplinares mais importantes e nos enfoques metodológicos mais valorizados pelo *mainstream* (Teele y Thelen, 2017; Williams et al, 2015; Curtin, 2013; Evans and Moulder, 2011; Breuning and Sanders, 2007; Mathews and Andersen, 2001; Young, 1995).

No contexto da América Latina, as evidências empíricas disponíveis são mais escassas. Os dados sugerem que as mulheres encontram-se sub-representadas nos postos acadêmicos mais importantes (universidades e sistemas nacionais de investigação e avaliação), apesar de constituírem uma “massa crítica” relevante, dado que a presença feminina gira ao redor de 30 a 40%. Apesar desta presença, estudos identificam que ao longo da trajetória acadêmica (compreendendo a formação e a posterior atuação profissional), as mulheres têm maiores dificuldades de galgar tais postos. Em todas as instituições examinadas se visualiza claramente o fenômeno da segregação vertical através do qual as posições mais prestigiosas dentro das instituições (por exemplo, acessar ao posto de professor titular no Uruguai *versus* o de professor assistente, ou obter uma qualificação de nível III no *Sistema Nacional de Investigadores* versus ocupar o nível inicial) encontram-se ocupadas por homens. Quanto à produção acadêmica, as mulheres têm maior presença como apresentadoras em congressos do que como autoras em artigos nas revistas acadêmicas mais prestigiadas, apesar de publicarem nessas revistas quase na mesma medida em que elas se encontram presentes nos departamentos e programas de pós-graduação em ciência política das universidades (Rocha Carpiuc, 2016). Para o caso brasileiro, Matos (2016) evidencia este fenômeno examinando a sub-representação feminina em posições de poder e liderança institucional dentro da associação da área (ABCP):

Ainda é perceptível que as mulheres pesquisadoras da ciência política estejam subrepresentadas em cargos de poder e comando nesta área disciplinar no Brasil. [...] Merece menção o fato de que, entre os 31 coordenadores das 15 áreas temáticas dessa associação, hoje, temos a presença de apenas oito mulheres. (Matos, 2016, p. 349-350).

4- Resultados preliminares

Os resultados estão organizados em dois blocos⁹. O primeiro versa sobre a frequência de diferentes modalidades de internacionalização na formação acadêmica, por gênero e por país. O segundo bloco é composto pela apresentação e discussão dos dados

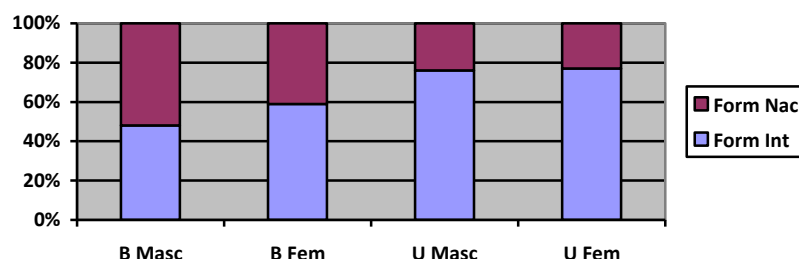
⁹ Esta investigação ainda está em curso. A partir da discussão gerada pela análise destes resultados parciais, pretendemos dar continuidade a este trabalho de pesquisa.

acerca de algumas das características da produção acadêmica internacional (em comparação com a produção nacional), também discriminada por gênero e país.

4.1 Dinâmicas de internacionalização na formação acadêmica

O gráfico abaixo permite identificar a situação geral da internacionalização da formação acadêmica dos/as docentes nos dois países. Ao se estratificar (por país e por gênero) o universo aqui examinado entre docentes que têm ao menos uma experiência de internacionalização¹⁰ e os que não possuem nenhuma, identificam-se alguns padrões importantes. O primeiro elemento a ser destacado é a maior frequência de docentes com pelo menos uma experiência de internacionalização na formação entre uruguaios/as. Neste país, 76% da amostra possui formação internacionalizada e não se encontram diferenças entre homens e mulheres nesta variável. Com relação aos brasileiros/as, a média de docentes com formação internacional é sensivelmente mais baixa. Tal resultado na é surpresa, dado que o Uruguai é um país pequeno, com um campo disciplinar enxuto e com um programa de doutorado em ciência política¹¹. Contudo, o que realmente chama a atenção aqui, é o fato de que as mulheres possuem uma formação acadêmica significativamente mais internacionalizada que seus compatriotas.

Gráfico I - Modalidade de formação no exterior



Fonte: elaboração própria (CNPq/Lattes e ANII-SNI)

Ao se examinar especificamente o país de realização do doutorado¹², ressalta-se que 78% dos uruguaios/as obtiveram seus títulos fora do país. Os principais destinos destes docentes têm sido países da América Latina e Europa. Chama a atenção que o principal

¹⁰ Para a amostra do Brasil, se considera que um/a docente tem formação acadêmica internacionalizada se o mesmo realizou ao menos uma das seguintes modalidades: doutorado pleno, doutorado sanduíche, ou pós-doutorado no exterior. Para a amostra do Uruguai, considera-se que o/a docente tem uma formação acadêmica internacionalizada se foi realizada ao menos uma destas modalidades no exterior: mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

¹¹ O Doutorado em Ciência Política é oferecido pela *Universidad de la República* desde 2005.

¹² Além de ser a principal etapa da formação acadêmica, prioriza-se aqui a análise do doutorado, dado que a presente análise não leva em consideração dados de formação de mestrado para docentes brasileiros/as e em função da pouca frequência de casos de pós-doutorado no exterior entre uruguaios/as.

destino é justamente o Brasil, país de titulação de 19% de docentes deste universo. Tal número é quase igual ao de uruguaios/as com titulação no próprio país (22%). O Brasil é seguido por Espanha (11%) e por Alemanha, Argentina, Chile e Estados Unidos (8% de cada país). Se o quadro é de igualdade entre homens e mulheres na formação dos uruguaios/as como um todo, quando se isola esta que é a principal etapa da formação acadêmica, identifica-se também neste país uma frequência (relativamente) maior de mulheres (82%) com experiência de internacionalização do que homens (77%). Enquanto 24% dos uruguaios realizaram seus doutorados em seu país de origem, as uruguaias preferiram antes realizar tal formação no Brasil (36%) do que no Uruguai (18%).

No que tange ao Brasil, com a proliferação dos cursos de doutorado pleno em ciência política (a partir do final da década de 1990), nas últimas duas décadas, as principais agências financiadoras têm priorizado a concessão de bolsas para estágio de doutorado no exterior (período de quatro a 12 meses) em detrimento à oferta de bolsas de quatro anos para realização de doutorado pleno no exterior. Com relação ao país de destino, o caso brasileiro distancia-se significativamente do urguai. Os/as docentes brasileiros/as priorizam maciçamente Estados Unidos e Europa tanto nos casos (51 ocorrências) de doutorado pleno no exterior (EUA: 43%; França: 23,5%; Inglaterra: 18%; Alemanha e Espanha: 8%, cada; Itália: 4% e Países Baixos: 2%), quanto nos casos (47 ocorrências) de estágio doutoral no exterior (EUA: 43%; França: 21%; Portugal: 11%; Inglaterra: 8,5%; Espanha: 6%; Itália, Canadá, Austrália, Alemanha e Argentina: 2%, cada). Ao contrário dos/as uruguaios/as, brasileiras e brasileiros miram igualmente para a Europa e Estados Unidos.

Os resultados acerca de formação no exterior apontam a que não existem diferenças significativas quando se estratificam tais dados por gênero. O que permite afirmar que neste quesito, homens e mulheres de cada país tendem a se comportar em função da realidade de cada campo disciplinar. Gênero não parece ser variável importante para definir quanto nem onde se internacionaliza a formação dos/as docentes analisados/as. Tais achados contrariam o esperável segundo a literatura. Uma razão pela qual se poderia esperar que as mulheres tivessem menos formação no exterior que os homens é porque geralmente elas têm maiores responsabilidades de cuidados familiares e, conseqüentemente, maiores dificuldades para conciliar as exigências da academia (como viabilizar uma permanência fora do seu país de origem, para obter formação no exterior). As chances de se incrementar a formação acadêmica com uma experiência internacional não parecem ser impactadas por questões de gênero.

4.2 Dinâmicas de internacionalização da produção acadêmica

Esta seção analisa as diferenças nos padrões de publicação de docentes de Brasil e Uruguai, assim como entre homens e mulheres. A distribuição de artigos internacionais entre estes grupos é o primeiro foco de análise. Após, tal produção será contrastada à produção nacional de cada grupo. Por fim, analisar-se-á o destino de tais publicações internacionais.¹³

Tabela III – Média de artigos publicados por docente e país

Tipo de publicação	Uruguai (N 42)	Brasil (N 288 ¹⁴)
Nacional	5	13
Estrangeira	10	2
Total	15	15

Fonte: elaboração própria (CNPq/Lattes e ANII-SNI)

Na média, brasileiros/as e uruguaios/as publicam 15 artigos cada um¹⁵. Contudo, quando se examina a publicação nacional e estrangeira em separado, identificam-se, também na produção acadêmica, diferenças significativas entre os dois campos disciplinares. Enquanto um docente no Uruguai tem uma produção majoritariamente internacionalizada (67%), o seu colega no Brasil tende a publicar apenas 13% dos seus artigos em periódicos estrangeiros.¹⁶ Do total de docentes incluídos na análise, somente dois docentes uruguaios (de um total de 42) não possuem artigos internacionais. Ao passo que no Brasil, 130 docentes ainda não possuem artigos fora do país, correspondendo a quase a metade do universo em tela (45%). Este dado pode ser, parcialmente, explicado ao se considerar a diferença de tamanho entre os campos disciplinares (e do número de periódicos de ciência política sediados) dos dois países.

¹³ Optamos por utilizar como indicador a publicação de artigos (ao invés de examinar livros, ou capítulos, por exemplo) em função da importância cada vez maior dos artigos publicados em periódicos nas avaliações de desempenho acadêmico de docentes e de instituições. Salientamos a existência, mas não entraremos aqui na discussão normativa existente sobre limites e potencialidades da utilização destes tipos de métrica para fins de avaliação. O dado é que a publicação de artigos em periódicos tem ocupado lugar central como indicador da produtividade dos/as pesquisadores. Soma-se a isto, o fato deste procedimento permitir a comparação de nossos achados com os estudos sobre a temática, desenvolvidos em diferentes países, e que se centram fundamentalmente na presença de mulheres nos periódicos mais prestigiados academicamente (Teele and Thelen, 2017; Hesli et al, 2012; Evans and Moulder, 2011; Mathews and Andersen, 2001; Young 1995).

¹⁴ Há um dado perdido sobre a produção de uma docente brasileira. Razão pela qual este caso foi excluído desta parte da análise.

¹⁵ É importante alertar o leitor para o fato de que não estamos levando em consideração nesta análise o tempo de carreira de cada docente. Espera-se que docentes com carreiras já consolidadas tenham maior número de publicações (nacionais e internacionais) que docentes com poucos anos de carreira.

¹⁶ Estamos tratando aqui apenas da frequência com que docentes publicam artigos. Não abordamos nenhum elemento acerca do impacto (medido pelo número de citações, por exemplo) de tais publicações. Sobre estes temas, ver: Garcé y Rocha Carpiuc (2015:130).

Feita uma primeira exposição dos dados por país, passamos agora a observar a média de publicações entre homens e mulheres, comparativamente. Se na formação acadêmica, não foi encontrada significativa diferença de gênero ou a diferença foi favorável as mulheres, nesta outra dimensão da internacionalização, tal diferença é bastante pronunciada, dado que, em média, os homens publicam quase cinco artigos internacionais a mais que as mulheres (16,5 artigos com autoria masculina *versus* 11,8 artigos com autoria feminina).

Tabela IV – Média de artigos publicados por gênero e país

Tipo de publicação	Homens		Mulheres	
	Uruguai	Brasil	Uruguai	Brasil
Nacional	6	15	4,3	10
Internacional	10	2	8,4	1
Total	16	17	12,7	11

Fonte: elaboração própria (CNPq/Lattes e ANII-SNI)

Como se observa na Tabela IV (acima), o politólogo médio publica em quantidade similar nos dois países (16 e 17 artigos). Tal padrão se repete entre as politólogas uma vez que se identifica aqui uma diferença ligeiramente superior (1,7 artigos em média) que a diferença do primeiro grupo. Se na formação, a diferença de gênero é maior no Brasil (com maior frequência de mulheres com titulação no estrangeiro), no que tange à produção, a maior diferença também se encontra no caso brasileiro, mas desta vez, desfavorável em relação às mulheres. Enquanto os uruguaios publicam em média três artigos a mais que suas compatriotas, os brasileiros publicam nada menos que seis artigos a mais que suas colegas de profissão.

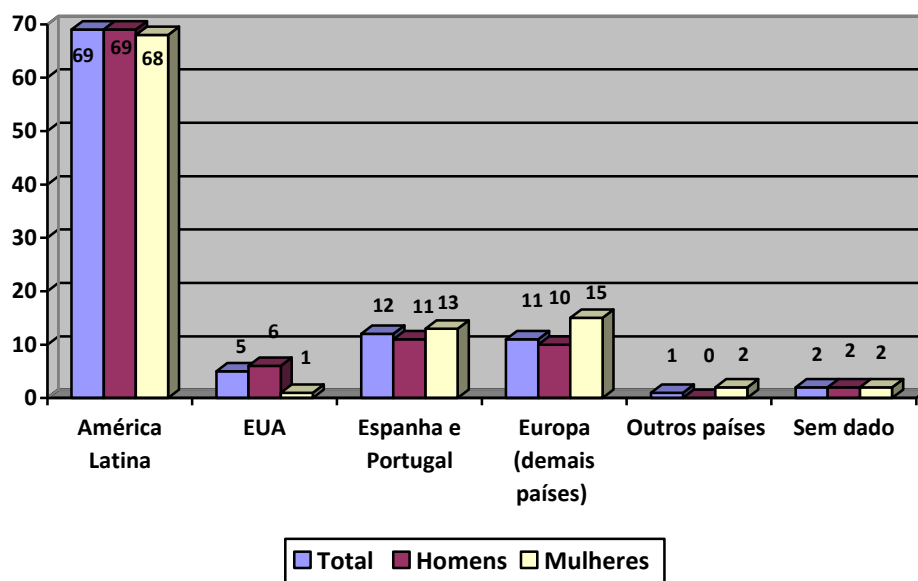
Os padrões de internacionalização da produção acadêmica por gênero e nos dois países apontam, portanto, que existe uma maior orientação para o estrangeiro no Uruguai (tanto para homens, quanto para mulheres). Os uruguaios publicam em média oito artigos a mais no estrangeiro do que os docentes brasileiros, enquanto que as uruguaias têm 7.4 artigos a mais em relação às brasileiras¹⁷. Por outro lado, os brasileiros publicam em média nove artigos a mais que uruguaios em seus respectivos países de origem e as brasileiras, quase seis artigos a mais que suas colegas uruguaias.

¹⁷ Salienta-se que existe uma diferença importante entre os bancos de dados sobre Brasil e Uruguai. O banco sobre o Brasil foi alimentado com dados até dezembro de 2016, já o banco sobre o Uruguai incorpora, também, o período compreendido entre janeiro de 2017 e abril de 2018.

Retomando o foco principal do artigo, ao compararem-se homens e mulheres, e (também) cada contexto nacional, identifica-se que existe uma brecha de gênero a favor dos homens em ambos os casos: os homens publicam em média 1,5 artigos internacionais a mais que as mulheres no Uruguai e um artigo internacional a mais no Brasil.

Ao examinar-se o fluxo das publicações internacionais segundo o país, ou região, de destino, identifica-se para o caso uruguaio os mesmos focos da internacionalização na formação: América Latina (69%) e Europa (23%) são os principais destinos da publicação uruguaia. Estados Unidos é destino de apenas 5% desta produção, e uma parcela irrisória (1%) distribui-se nos demais países. O gráfico II também comprova o papel central que os países da região têm na interlocução internacional da ciência política uruguaia. Mais uma vez, os dados apontam para o caráter residual da incidência de diferenças de gênero entre os uruguaios. Pelo contrário, identifica-se aqui uma homogeneidade quase perfeita no destino das publicações de homens e mulheres. A única distinção é que os homens publicam um pouco mais nos estados Unidos e um pouco menos na Europa.

Gráfico II – Distribuição de artigos internacionais publicados por uruguaios/as, segundo país/região de destino

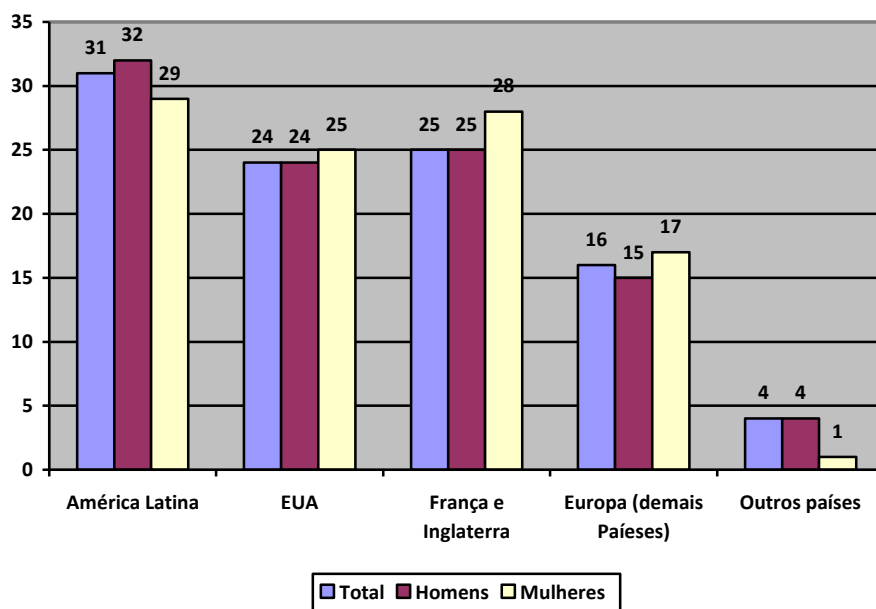


Fonte: elaboração própria (ANII-SNI)

Assim como no contexto uruguaio, o caso brasileiro também evidencia um comportamento muito semelhante no que tange ao destino dos artigos internacionais de homens e de mulheres. Por outro lado, uma diferença importante se revela não entre gêneros, mas entre países: a equilibrada divisão da produção internacional brasileira em três eixos principais - Europa, América Latina e Estados Unidos. Desta forma, se a América

Latina não consta no “mapa da formação” de brasileiros/as, na internacionalização da produção, esta região tem um peso significativo.

Gráfico III – Distribuição de artigos internacionais publicados por brasileiros/as, segundo país/região de destino



Fonte: elaboração própria (CNPq/Lattes)

Por fim, e no que tange à diferença de gênero par ao caso brasileiro, evidencia-se que as mulheres priorizam ligeiramente mais que os homens periódicos do Norte e ligeiramente menos que os homens, a América Latina. Os Gráficos acima evidenciam que em ambos os países o que diferencia homens e mulheres é o volume (e não o destino) da produção acadêmica.

5- Considerações finais

Problematizando a afirmação de que as ciências sociais na América Latina são uma área feminizada (UNESCO, 2012; Huyer, 2015), este artigo aponta para uma sub-representação feminina nos quadros docentes em ambos os países analisados; girando em torno de 30% em cada caso. Este dado coincide com achados de Rocha Carpiuc (2016) para a América Latina, assim como estudos que tratam desta questão nos Estados Unidos e em países europeus (veja-se, por exemplo, Teele and Thelen, 2017; Abels and Woods, 2015; Bates et al, 2012). O que reforça o argumento de que a disparidade de gênero é uma questão que perpassa a ciência política como um todo, não discriminando contextos disciplinares situados em países centrais, ou periféricos.

Para responder a pergunta se existem diferenças de gênero na internacionalização das trajetórias acadêmicas dos cientistas políticos brasileiros e uruguaios, o artigo apresenta dados sobre acesso a realização de parte da formação acadêmica no exterior e a possibilidade de publicar resultados de pesquisas em periódicos estrangeiros. Nestas duas dimensões, concluímos que a publicação no estrangeiro é a dimensão em que o corte de gênero se faz presente, em ambos os países. As mulheres publicam menos artigos acadêmicos em geral e menos artigos em periódicos internacionais que seus colegas homens. Esta diferença nos padrões de publicação pode ajudar a explicar o fato de que as mulheres ocupem menos posições de prestígio e liderança acadêmica nas instituições que estruturam a vida acadêmica da ciência política nos países da região, identificados em Rocha Carpiuc (2016) e em Matos (2016).

Contudo, não se visualizam diferenças de gênero em relação ao acesso a oportunidades de formação no exterior. A teoria de gênero e trajetórias acadêmicas indica que um obstáculo para as mulheres avançarem em suas carreiras são as responsabilidades familiares, que elas carregam em maior medida que os homens em nossas sociedades. À luz desta hipótese, nossos achados em relação a este indicador são intrigantes. Haveria que aprofundar este tema em futuros trabalhos, buscando identificar, por exemplo, em que medida a decisão de ter formação no exterior pode impactar projetos de maternidade e de paternidade. Algumas perguntas que surgem nesta linha, por exemplo, em relação à realização de doutorado no exterior são: as mulheres postergam a maternidade até que terminem a sua formação, ou elas conseguem conciliar ambas as questões? O que ocorre com os homens? Há diferença na idade com que homens e mulheres realizam a sua formação doutoral no exterior? Que razões motivam tais acadêmicos a realizar parte da sua formação fora ou dentro do seu país de origem?

Tampouco se percebe diferenças de gênero quanto aos países onde os docentes realizam sua formação acadêmica, ou publicam seus artigos internacionais. O que permite afirmar que nesta questão, homens e mulheres de cada país tendem a se comportar em função da realidade de cada campo disciplinar. De igual forma, a maior internacionalização das carreiras acadêmicas que apresentam os docentes uruguaios – independentemente do gênero – em comparação com os brasileiros nas duas dimensões examinadas neste trabalho, tem sentido ao levarmos em conta as diferenças de tamanho existentes entre os países, o que afeta a quantidade e variedade de programas de pós-doutorado e de revistas acadêmicas que oferta o campo disciplinar em cada país.

Por fim, convém realizar uma advertência. Os dados aqui apresentados devem ser lidos em relação com outras informações disponíveis sobre desigualdades de gênero na

academia e, em especial, na ciência política latinoamericana. Neste trabalho, procuramos aportar dados em uma complexa dimensão de análise desta literatura: os padrões de internacionalização das trajetórias acadêmicas de homens e mulheres. Mas precisamente por ser um primeiro esforço orientado nesta direção, apresenta algumas limitações: se trata, neste momento, de uma abordagem descritiva (sem pretensões explicativas), que brinda dados quantitativos em apenas dois indicadores (de muitos outros possíveis quando se analisa um fenômeno tão complexo como este que nos mobilizou). Futuras linhas de investigação podem ampliar as dimensões de análise consideradas e complementá-las com indagações tanto quantitativas (que nos permitam identificar quais outras variáveis podem estar associadas e/ou explicar as diferenças e semelhanças aqui encontradas), quanto qualitativas (que permitiam entender as decisões que tomam os/as docentes na hora de desenhar suas carreiras acadêmicas, assim como os obstáculos e oportunidades que percebem que enfrentam na academia, segundo seu gênero).

6- Referências Bibliográficas

- ABELS, G. and WOODS, D.R. The status of women in German political Science. **European Political Science**, 14 (2), 87-95, 2015.
- AKHTAR, P.; FAWCETT, P.; LEGRAND, T.; MARSH, D. and TAYLOR, C. Women in the political science profession. **European Political Science**, 4 (3), 242–255, 2005.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. **Women's Advancement in Political Science**. Washington D.C.: APSA. 2005.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. **Task Force on Political Science in the 21st Century**. Washington D.C.: APSA. 2011.
- ASOCIACION URUGUAYA DE CIENCIA POLITICA. **Cuarto censo de socios/as de la Asociación Uruguaya de Ciencia Política**. Montevideo: AUCIP. 2015.
- BATES, S.; JENKINS, L. and Pflaeger, Z. Women in the Profession: The Composition of UK Political Science Departments by Sex. **Politics**, 32 (3), 139-152. 2012.
- BOURDIEU, P. **Intelectuales, Política y Poder**. Buenos Aires: Eudeba. 2000.
- BREUNING, M. and SANDERS, K. Gender and Journal Authorship in Eight Prestigious Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics** 40 (2), 347-351. 2007.
- BRIGGS, J. and HARRISON, L. The status of women in UK political Science. **European Political Science**, 14 (2), 105-115. 2015.

- BUQUET, D. El desarrollo de la Ciencia Política en Uruguay. **Política. Revista de Ciencia Política**, 50 (1), 5-29. 2012.
- COWDEN, M.; MCLAREN, K.; PLUMB, A. and SAWER, M. **Women's Advancement in Australian Political Science: Workshop Report**. Canberra: Australian National University. 2012.
- CURTIN, J. Women and Political Science in New Zealand: The State of the Discipline. **Political Science**, 65 (1), 63-83. 2013.
- ELIZONDO, A. The status of women in Spanish political Science. **European Political Science**, (14) 2, 96-104. 2015.
- ETZKOWITZ, H.; KEMELGOR, C. and UZZI, B. **Athena unbound: the advancement of women in science and technology**. New York: Cambridge University Press. 2003.
- EVANS, H.K. and MOULDER, A. Reflecting on a Decade of Women's Publications in Four Top Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics**, 44 (4), 793-798. 2011.
- FERNÁNDEZ, M.A. 'Mujer y Ciencia Política en Chile: ¿algo nuevo bajo el sol? **Política. Revista de Ciencia Política**, 46 (1), 261-289. 2005.
- GARCE, A. y ROCHA CARPIUC, C. La Ciencia Política en Uruguay: Entre la profesionalización, la partidización y el fantasma del "Movimiento Perestroika". **Revista de Ciencia Política**, 35 (1), 95-120. 2015.
- GOLDIN, C. The quiet revolution that transformed women's employment, education, and Family. **American Economic Review**, 96 (2), 1-21. 2006.
- GONZÁLEZ GARCÍA, M. I. El estudio de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento científico. In BARRAL, M.J. y MAGALLÓN, C. (Eds.) **Interacciones ciencia y género: Discursos y prácticas científicas de mujeres** (p. 39-62). Barcelona: Icaria Editorial. 1999.
- HESLI, V. L.; LEE, J.M. and MITCHELL, S.M. Predicting Rank Attainment in Political Science: What Else Besides Publications Affects Promotion? **PS: Political Science and Politics**, 45 (3), 475-492. 2012.
- HUYER, S. Is the gender gap narrowing in science and engineering? In UNESCO (Coord.), **UNESCO Science Report: Toward 2030** (p. 84-104). Paris: UNESCO. 2015.
- KANTOLA, J. Political science as a gendered discipline in Finland. **European Political Science**, 14 (2), 79-86. 2015.

- KANTOLA, J. Why do all women disappear? Gendering process in a political science department. **Gender, work and Organization**, 15 (2), 202-225. 2008.
- MADEIRA, R. e MARENCO, A. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 19, 47-74. 2016.
- MARTIN, M.E. El lugar de los Estudios de Género en la Ciencia Política Argentina. Trabalho apresentado no XI Congreso Nacional de Ciencia Política. Paraná, Argentina, Júlio de 2013. Acessado em 15 novembro de 2015:
http://www.academia.edu/4375284/El_lugar_de_los_Estudios_de_Genero_en_la_Ciencia_Politica_Argentina_MEM
- MATHEWS, A. L. and ANDERSEN, K. A Gender Gap in Publishing? Women's Representation in Edited Political Science Books. **PS: Political Science and Politics**, 34 (1): 143-147. 2001.
- MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. In AVRITZER, L. MILANI, C. e SOCORRO, M. **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro, FGV, 2016.
- MERSON, C. and WALSH, D. Organizing Women: Diversifying Leadership and Addressing Discrimination in Political Science Departments. **PS: Political Science and Politics**, 48 (3), 459-463. 2015.
- PAPADÓPULOS, J. y RADAKOVICH, R. Estudio Comparado de Educación Superior y Género en América Latina y el Caribe. In IESALC (Org.), **Informe sobre la Educación Superior en América Latina y el Caribe**, (p.117-129). Caracas: IESALC/UNESCO. 2005.
- RAVECCA, P. The intimate architecture of academia. In Dauphinee, E. and INAYATULLAH, N. (Eds.), **Narrative Global Politics** (p. 51-63). London: Routledge. 2016.
- ROCHA CARPIUC, C. Women and diversity in Latin American Political Science. **European Political Science**, 15 (4), 457–475. 2016.
- SCOTT, J. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In LAMAS, M (Comp.), **El género: La construcción cultural de la diferencia sexual** (p. 265-302). México D.F: PUEG. 1996.
- TEELE, D. L. and THELEN, K. Gender in the journals: publication patterns in political science. **Political Science**, 50 (2), 433-447. 2007.

TOLLESON-RINEHART, S. and CARROLL, S. J. "Far from ideal": the gender politics of political science. **American Political Science Review**, 100 (4), 507-513. 2006.

TOMASSINI, C. **Ciencia académica y género**: Trayectorias académicas de varones y mujeres en dos disciplinas del conocimiento dentro de la Universidad de la República. Montevideo: CSIC. 2013.

UNESCO. **World Atlas of Gender Equality in Education**. Paris: UNESCO. 2012.

WILLIAMS, H.; BATES, S; JENKINS, L.; LUKE, D. and ROGERS, K. Gender and journal authorship: an assessment of articles published by women in three top British political science and international relations journals. **European Political Science**, 14 (2), 116–130. 2015.

YOUNG, C.D. An Assessment of Articles Published by Women in 15 Top Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics**, 28 (3), 525-533. 1995.